



Demonstrações Financeiras 2025
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

FAZEMOS A DIFERENÇA!

JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33
Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197
3º andar | Curitiba/PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submete-se à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Junto Seguros S.A. ("Junto" ou "Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuários Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria.

Desempenho Financeiro

Em 2025, a jornada digital da Junto, por intermédio da inovação, agilidade e foco no cliente, auxiliou a Companhia a manter a qualidade no atendimento a parceiros e clientes, resultando num volume total de 340 mil apólices emitidas (um crescimento de 31,2% no volume em relação ao ano anterior), com uma média de 26,3 mil emissões por mês, e uma *market share* de 15,9% em prêmio direto no mercado de seguro garantia. O volume de prêmios emitidos líquidos foi de R\$ 879,4 milhões (R\$ 650,7 milhões em 2024) e o patrimônio líquido ao final do exercício totalizou R\$ 309,6 milhões (R\$ 271,7 milhões em 2024). O lucro líquido, por sua vez, atingiu R\$ 71,5 milhões (R\$ 44,0 milhões em 2024), representando um ROAE de 24,6%. O sólido desempenho financeiro e posição patrimonial se refletem nos *ratings* da Junto, equivalentes a "bRAAA" pela Standard & Poor's e a "A Excelente" na escala internacional pela AM Best.

Premiações

A Junto celebra 2025 como um ano marcado por reconhecimentos importantes, que reforçam a evolução, cultura e a força do posicionamento no mercado. Recebeu novamente o reconhecimento do IT Fórum como uma das empresas mais inovadoras no uso de TI, conquistando a 10ª posição no ranking, que avalia o ambiente inovativo e o protagonismo da área de tecnologia. Além disso, a CTIO, Karine Chaves, foi destaque entre as 35 líderes de tecnologia que transformam o mercado brasileiro, consolidando ainda mais o papel da Junto na vanguarda da inovação.

Com o Great Place to Work alcançou conquistas expressivas, figurando entre as 175 melhores empresas para trabalhar no Brasil, ocupando o 3º lugar no ranking nacional de melhores seguradoras de médio porte para se trabalhar e o 7º lugar no ranking de melhores empresas de médio porte para se trabalhar no Paraná. Esses resultados reforçam o cuidado com as pessoas e o compromisso em construir um ambiente onde cada colaborador possa se desenvolver e fazer a diferença.

Também com seu time, a Junto foi reconhecida com o Prêmio Sou Segura 2024-2025 na categoria "Reconhecer, Redistribuir e Remunerar", reforçando o compromisso da Companhia com equidade e representatividade, com políticas salariais justas, ações equitativas e estruturas que promovem oportunidades.

A solidez financeira da Companhia foi reconhecida pela AM Best, que elevou a classificação Financial Strength Rating para A (excelente), atestando a capacidade de manter um forte desempenho operacional, a solidez do capital, o perfil de negócios consistente e uma gestão de riscos alinhada às melhores práticas do mercado.

No Future Law Awards, conquistou a categoria de Design, que valoriza iniciativas que tornam o Direito mais claro e acessível, com o projeto Apólice do Futuro. A iniciativa reformulou apólices de Seguro Garantia e Fiança Locatícia com base em Visual Law, trazendo mais clareza, acessibilidade e melhor experiência para os clientes.

Por fim, a Companhia foi reconhecida novamente pelo Prêmio Valor Inovação como uma das cinco empresas mais inovadoras do setor de seguros e planos de saúde do país, consolidando sua posição como referência em transformação digital e cultura de inovação no mercado segurador brasileiro. Essas conquistas mostram que a Junto Seguros segue firme no propósito de garantir negócios que movem o país de forma simples, segura e transformadora.

Empresa controlada

Em 31 de dezembro 2025 e 2024, a Companhia possuía participação de 99,9% na Junto Controle de Riscos Ltda.

Política de Reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, 5% do lucro líquido do exercício é destinado à reserva legal, limitada a 20% do capital social. Os dividendos mínimos são de 25% sobre o lucro líquido após a destinação da reserva legal. O saldo remanescente é destinado à reserva de lucros, limitado ao total do capital social.

Em 30 de abril de 2025, foram pagos R\$ 17,0 milhões como juros sobre o capital próprio, decorrentes do exercício de 2024. Em dezembro de 2025, foram destacados R\$ 33,9 milhões como juros sobre o capital próprio, em montante superior ao constante no estatuto social da Companhia e como parte integrante do dividendo mínimo obrigatório devido aos acionistas, decorrentes do resultado do exercício de 2025.

Combate à Fraude e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

Reafirmando a qualidade dos controles internos para o combate à fraude e prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, a Junto recebeu a classificação "Excelente" pelo COAF. Os controles internos da Companhia contemplam a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento dos riscos envolvidos em situações relacionadas a fraude e lavagem de dinheiro, produtos comercializados, negociações privadas, operações de compra e venda de ativos e demais práticas operacionais.

Agradecimentos

Os executivos da Junto Seguros agradecem aos seus acionistas, clientes, corretores e parceiros de negócios pela preferência e confiança e aos seus colaboradores pelo esforço, competência e lealdade que possibilitaram os resultados alcançados nesse exercício.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2026

Diretoria

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	2025	2024
Prêmios emitidos líquidos		879.408	650.684
Variações das provisões técnicas de prêmios		(278.250)	(129.312)
Prêmios ganhos	22.a	601.158	521.372
Sinistros ocorridos	22.b	(55.442)	(61.282)
Custos de aquisição	22.c	(136.411)	(111.162)
Outras receitas e despesas operacionais	22.d	(4.772)	416
Resultado com resseguro	22.e	(260.584)	(217.967)
Receita com resseguro		55.273	43.786
Despesa com resseguro		(315.857)	(261.753)
Despesas administrativas	22.f	(122.779)	(114.153)
Despesas com tributos	22.g	(3.481)	(4.796)
Resultado financeiro	22.h	79.975	53.182
Resultado patrimonial	22.i	762	(581)
Resultado operacional		98.426	65.029
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(67)	(304)
Resultado antes dos impostos e participações		98.359	64.725
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(21.006)	(13.874)
Imposto de renda e contribuição social diferida	23	1.438	53
Participações sobre o resultado	24 25	(7.279)	(6.898)
Lucro líquido		71.512	44.006
Quantidade de ações		24.125.868	24.125.868
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		2.964,12	1.824,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	71.512	44.006
Itens que podem ser subsequentemente classificados para o resultado		
Variação no valor de mercado dos ativos financeiros a VJORA (nota 6.c)	570	(1.138)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(229)	455
Resultado abrangente do exercício	71.853	43.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		71.512	44.006
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	11 13	5.271	3.265
Resultado patrimonial	22.i	(762)	581
Provisões técnicas, líquidos de custo de aquisição diferido		324.352	192.999
Provisões técnicas de ativo de resseguro		(211.306)	(133.227)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	23.a	21.006	13.874
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido	23.a	(1.438)	(53)
Perda na alienação de investimentos e imobilizado		69	304
Perda/Ganho por valor recuperável de ativos e passivos		2.666	401
Atualização monetária de depósito judicial	22.h	(3.923)	(3.386)
Juros sobre passivo de arrendamento	11	78	123
Outras provisões		45	76
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros		(106.555)	(985)
Créditos das operações com seguros e resseguros		(153.500)	(216.986)
Créditos tributários e previdenciários		(4.450)	2.866
Despesas antecipadas		537	1.040
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8.b	48.627	61.527
Outros ativos		(432)	988
Depósitos judiciais e fiscais		8.825	(4.858)
Fornecedores e outras contas a pagar		(2.246)	(1.314)
Impostos e contribuições		8.923	1.226
Débitos de operações com seguros e resseguros		133.981	191.406
Provisões técnicas - Seguros e resseguros	17.b	(87.615)	(98.894)
Outros passivos		1.097	(638)
Caixa gerado pelas operações		55.212	54.341
Impostos sobre lucro pagos		(25.884)	(15.319)
Caixa líquido gerado pelas operações		29.328	39.022
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	13.a	(238)	(478)
Aquisição de intangível	13.b	(12.905)	(8.477)
Alienação de imobilizado		4	8
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(13.139)	(8.947)
Atividades de financiamento			
Pagamento de passivos de arrendamento	11	(377)	(1.256)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	20.d	(17.022)	(26.284)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(17.399)	(27.540)
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(1.210)	2.535
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		5.233	2.698
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		4.023	5.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante		1.103.720	1.011.359
Disponível		4.023	5.233
Caixa e bancos		4.023	5.233
Aplicações	6	47.490	139.100
Créditos das operações com seguros e resseguros		549.512	433.885
Prêmios a receber	7.a	519.918	401.256
Operações com seguradoras	7.b	19.538	15.304
Operações com resseguradoras	7.b	9.930	16.868
Outros créditos operacionais	7.c	126	457
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8	367.721	322.464
Títulos e créditos a receber	9	7.163	3.723
Créditos tributários e previdenciários	9.a	5.421	2.409
Outros créditos		1.742	1.314
Despesas antecipadas		650	1.187
Custos de aquisição diferidos		127.161	105.767
Seguros	10	127.161	105.767
Ativo não circulante		2.141.572	1.747.020
Aplicações	6	589.578	390.843
Créditos das operações com seguros e resseguros		495.271	458.502
Prêmios a receber	7.a	455.296	420.327
Operações com seguradoras	7.b	39.975	38.175
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8	791.178	673.755
Títulos e créditos a receber	9	55.774	59.238
Depósitos judiciais e fiscais	9.b	52.498	57.400
Tributos diferidos	23.b	3.276	1.838
Outros valores e bens		347	58
Ativo direito de uso	11	347	58
Custos de aquisição diferidos		187.022	151.095
Seguros	10	187.022	151.095
Investimentos	12	835	73
Participações societárias		835	73
Imobilizado	13.a	1.296	1.608
Bens móveis		1.296	1.608
Intangível	13.b	20.271	11.848
Outros intangíveis		20.271	11.848
Total do ativo		3.245.292	2.758.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Notas	2025	2024
Circulante		1.248.206	1.031.615
Contas a pagar	14	51.666	32.725
Obrigações a pagar		38.870	21.199
Impostos e encargos sociais a recolher		5.731	2.697
Encargos trabalhistas		3.586	3.366
Impostos e contribuições		340	644
Outras contas a pagar		3.139	4.819
Débitos de operações com seguros e resseguros		507.430	402.759
Prêmios a restituir		-	2.185
Operações com seguradoras	15.a	108.337	81.639
Operações com resseguradoras	15.b	275.027	222.464
Corretores de seguros e resseguros	15.c	124.066	96.471
Depósitos de terceiros	16	1.670	781
Provisões técnicas - seguros	17 18	687.274	595.280
Danos		687.274	595.280
Outros débitos		166	70
Passivos de arrendamento	11	166	70
Passivo não circulante		1.687.469	1.455.090
Contas a pagar	14	3.872	5.116
Obrigações a pagar		3.872	5.116
Débitos das operações com seguros e resseguros		448.245	416.926
Operações com seguradoras	15.a	185.878	173.524
Operações com resseguradoras	15.b	168.575	153.163
Corretores de seguros e resseguros	15.c	93.792	90.239
Provisões técnicas - seguros	17 18	1.234.915	1.032.851
Danos		1.234.915	1.032.851
Outros débitos		437	197
Provisões judiciais	19	231	197
Passivos de arrendamento	11	206	-
Patrimônio líquido	20 21	309.617	271.674
Capital social		135.551	135.551
Reservas de capital		35.626	35.626
Reservas de lucros		138.350	100.748
Ajustes com títulos e valores mobiliários		90	(251)
Total do passivo e patrimônio líquido		3.245.292	2.758.379

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Outras reservas	Ajuste a valor de mercado	Títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	135.551	35.626	27.111	56.653	432	-	-	255.373
Distribuição de dividendos complementares (nota 20.d)	-	-	-	(10.000)	-	-	-	(10.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	44.006	44.006
Juros sobre o capital próprio (nota 20.d)	-	-	-	-	-	-	(17.022)	(17.022)
Outras reservas de lucros	-	-	-	26.984	-	-	(26.984)	-
Ajuste a valor de mercado com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(683)	-	-	(683)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	135.551	35.626	27.111	73.637	(251)	-	-	271.674
Saldos em 1º de janeiro de 2025	135.551	35.626	27.111	73.637	(251)	-	-	271.674
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	71.512	71.512
Juros sobre o capital próprio (nota 20.d)	-	-	-	-	-	-	(33.910)	(33.910)
Outras reservas de lucros	-	-	-	37.602	-	-	(37.602)	-
Ajuste a valor de mercado com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	341	-	-	341
Saldos em 31 de dezembro de 2025	135.551	35.626	27.111	111.239	90	-	-	309.617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Junto Seguros S.A. ("Companhia"), tem por objetivo social, as operações de seguros no ramo de danos, operando com foco no ramo de garantia de obrigações contratuais, judicial e fiança locatícia, e possui autorização para operar em todo território nacional. Tem como único acionista a Junto Holding Brasil S.A. ("Controladora") a qual é uma *joint venture* do Paraná Banco (50,5%) e Travelers Brazil Acquisition LLC (49,5%). O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Dr. Dário Lopes dos Santos, nº 2.197, 3º andar, Cj. 302, Bairro Jardim Botânico, Curitiba, PR, CEP 80210-010. A Companhia mantém com a Junto Resseguros S.A. contratos de excesso de danos para cobertura do excedente de retenção das operações de seguros, contratos esses com vigências anuais e pagamentos trimestrais. Em 20 de fevereiro de 2026 as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Diretoria, as quais tiveram autorização para sua divulgação a partir desta data.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações subsequentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.



FAZEMOS A DIFERENÇA!

Demonstrações Financeiras 2025

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197

3º andar | Curitiba/PR

→ continuação



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

Moeda funcional e de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados pela casa decimal mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

3 RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As análises dessas estimativas incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Classificação dos contratos de seguros (nota explicativa 3.c);
- Provisões técnicas e teste de adequação de passivos (notas explicativas 8 e 17);
- Determinação da vida útil e teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis (nota explicativa 13); e
- Provisões judiciais (nota explicativa 19).

b. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante mensalmente, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cujas expectativas de realização ultrapassem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.

Ativos e/ou passivos de impostos de renda e contribuição social diferidos são classificados no não circulante e compensados quando atendido os critérios definidos pelo CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

Ativos e passivos de provisões técnicas estão registrados no circulante e não circulante conforme a respectiva expectativa de realização, atualizada anualmente. Os demais ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

c. Classificação dos contratos de seguro

É classificado como um contrato de seguro, aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do tomador, e obriga-se ao pagamento da indenização ao segurado, caso o tomador não cumpra a obrigação garantida, conforme estabelecido no objeto principal ou em sua legislação específica, respeitadas as condições e limites estabelecidos no contrato de seguro.

O contrato de seguro fiança locatícia se destina a garantir o pagamento de indenização, ao segurado, pelos prejuízos que venha a sofrer em decorrência do inadimplemento das obrigações contratuais do locatário previstas no contrato de locação do imóvel, de acordo com as coberturas contratadas e limites da apólice.

Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguros significativos.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem recursos financeiros com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, possuindo conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

e. Aplicações

A classificação de ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é administrado juntamente com suas características de fluxo de caixa contratuais.

Os títulos e valores mobiliários, detidos em carteira, são classificados nas seguintes categorias de acordo com a intenção da Administração:

(i) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Representados por títulos e valores mobiliários mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado ou vendido, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

Um ativo financeiro é calculado ao VJORA se atender às duas condições abaixo e não for designado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado (VJR):

- For mantido em um modelo de negócios que cumpre seu objetivo tanto pela cobrança de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais, em datas especificadas, levam a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o principal valor em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar por irrevogavelmente apresentar mudanças subsequentes no valor justo em ORA. A escolha é feita em uma base de instrumento a instrumento, de acordo com o modelo de negócios. A Companhia tomou essa decisão para o investimento em Ações de companhias abertas detidas em carteira.

(ii) Valor justo por meio do resultado (VJR)

Títulos e valores mobiliários são classificados pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisão de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, sendo contabilizados pelo valor justo por meio do resultado, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

f. Crédito das operações com seguros e resseguros, ativos de resseguro, títulos e créditos a receber e custos de aquisição diferidos

Demonstrados ao valor de custo amortizado decrescidos de quaisquer provisões para perdas por redução ao valor recuperável, incluindo, quando aplicável, os respectivos rendimentos e variações monetárias auferidos até as datas de encerramento dos balanços, combinados com os seguintes aspectos:

- Ativos de resseguro - A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. As operações de resseguro são efetuadas com resseguradores locais. Caso sejam identificados indícios de que esses valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos serão ajustados ao seu valor recuperável.
- Comissão diferida de prêmio de resseguro cedido - referem-se a comissão sobre apólices cedidas aos resseguradores, cujo diferimento é realizado de acordo com o prazo de vigência dessas apólices.
- Custo de aquisição diferido - As despesas com comissões de seguros pagas e a pagar para os corretores são diferidas de acordo com o prazo de vigência das apólices.
- Os títulos e créditos a receber são demonstrados ao valor de custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável, incluindo, quando aplicável, os respectivos rendimentos e variações monetárias, auferidos até a data de encerramento dos balanços.

g. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

(i) Redução ao valor recuperável de aplicações financeiras

Uma provisão para perdas deve ser reconhecida em um valor igual à ECL (sigla para termo em inglês de *Expected Credit Loss*) para 12 meses ou ECL para a vida inteira do instrumento financeiro. Perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas de crédito esperadas resultantes de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os ECLs de 12 meses são uma parte das ECLs para a vida inteira que resultam de eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que são possíveis nos 12 meses após a data de apresentação. A Companhia calcula as provisões para perdas com aplicações financeiras como um valor igual ao ECL para a vida inteira, exceto nos casos descritos abaixo, para os quais o valor reconhecido será de ECL de 12 meses:

- Títulos de dívida que são determinados com tendo baixo risco de crédito na data do relatório; e
- Outros instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito não teve um aumento significativo desde o reconhecimento inicial.

Ao determinar se o risco de crédito em um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, a Companhia considera as informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

Mensuração da ECL

ECL é uma estimativa ponderada pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas como todos os déficits de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Os principais insumos para a mensuração da ECL são as estruturas de prazo da Probabilidade de Default ("PD", sigla para termo em inglês de *probability of default*), a Exposição no Default ("EAD", sigla para termo em inglês de *exposure at default*) e a Perda em caso de Default ("LGD", sigla para termo em inglês de *loss given default*). A ECL para ativos financeiros, para os quais o risco de crédito não aumentou significativamente, é calculado multiplicando a PD de 12 meses pela respectiva LGD e EAD. A ECL para a vida inteira é calculada multiplicando a PD de toda vida do instrumento financeiro pelas respectivas LGD e EAD.

(ii) Redução ao valor recuperável de prêmios a receber

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo sobre bases de dados históricas de parcelas a receber e dos riscos de inadimplência. O intervalo do estudo é exaustivo o suficiente para o acompanhamento dos valores a receber para que haja estabilidade nos recebimentos (determinação do *workout* da carteira).

Após a definição do *workout*, determinam-se as faixas de atraso a serem estudadas, que se dá pela análise de homogeneidade da perda observada, acrescida de um fator de agravamento ou desagravo de *Forward Looking*, com base no comportamento futuro esperado de indicadores macroeconômicos que tiveram forte correlação estatística no comportamento histórico da carteira.

(iii) Redução ao valor recuperável de ativos de resseguro

A redução ao valor recuperável de contas de ativo cuja contraparte seja um ressegurador é calculada a partir do risco de inadimplência do respectivo devedor. O estudo realizado pela Companhia considera o rating de cada ressegurador, para a determinação da PD.

O saldo em aberto na data-base, é multiplicado pela PD definida e pela LGD, que é fundamentada por referências do Basileia II. Adicionalmente, realiza-se a ponderação sobre a EAD, que considera os valores efetivamente expostos ao risco de crédito na data-base.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

A redução do valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

Com relação à provisão para recuperabilidade de ativos, a Companhia não identificou indícios de que poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

h. Arrendamento

A Companhia figura como arrendatária de contratos de arrendamento e no início de cada um desses contratos, avalia se eles são ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso (rubrica de outros valores e bens) e um passivo de arrendamento (como outros débitos) na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, somando-se quando aplicável, quaisquer custos diretos iniciais e estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições previstas contratualmente.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo de arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso pode ser objeto de redução ao valor recuperável, bem como ser ajustado por remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental que a Companhia incorreria em uma transação em termos semelhantes ao contrato e ao tipo de ativo. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem, quando aplicável, os seguintes componentes:

- pagamentos fixos e variáveis (que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início);
 - valores que se espera que sejam pagos pela Companhia, de acordo com as garantias de valor residual; e
 - o preço de exercício da opção de compra se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se estimado que a Companhia exercerá a opção de rescindir o arrendamento.
- O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos e remensurado quando há alteração nos pagamentos futuros, decorrentes de alterações nos elementos que compõem o passivo de arrendamento. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, ajusta-se de forma correspondente o valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

i. Investimento

O Investimento é inicialmente reconhecido pelo custo, o que inclui os custos de transação. Após o reconhecimento inicial, o investimento é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial, reconhecida no resultado da controladora.

j. Imobilizado

O ativo imobilizado compreende equipamentos, móveis e utensílios utilizados na condução dos negócios da Companhia, o qual é demonstrado ao custo. Os custos do ativo imobilizado são reduzidos por depreciação acumulada até a data-base destas demonstrações. A depreciação dos itens do ativo é calculada segundo o método linear e conforme a vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

k. Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem marcas e patentes e gastos com desenvolvimento de sistema de computação, demonstrados pelo custo.

Os gastos com desenvolvimento para sistema de computação são reduzidos por amortização acumulada até a data-base destas demonstrações. A amortização dos itens do ativo intangível é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

l. Provisões técnicas e provisões judiciais

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridos, combinado com os seguintes aspectos:

- As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentadas em notas técnicas atuariais - NTA.
- A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor bruto dos prêmios de seguro emitidos, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro, correspondente ao período restante de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata". A PPNG inclui o valor correspondente aos prêmios estimados dos riscos vigentes, mas não emitidos ("RVNE"), estimada através de triângulo de run-off, de uma base histórica de 60 meses.
- A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída por estimativa de valor a indenizar com base nos avisos de sinistros recebidos, e ajustada, periodicamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas técnicas. Os sinistros objeto de discussão judicial existentes na data do balanço são atualizados e corrigidos monetariamente. A PSL inclui estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, em decorrência de disputas judiciais em curso, sendo constituída com base nas citações de ajuizamento recebidas (considerando as probabilidades de perda fixada pelo jurídico entre provável, possível e remota, conforme as premissas previstas em NTA) e de processos em fase de regulação de sinistros, até a data-base das demonstrações financeiras.
- A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas a sinistros e abrange tanto as despesas atribuíveis individualmente a cada sinistro como também as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.
- A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída através do método *Chain Ladder* que parte do pressuposto de que a ocorrência histórica dos avisos dos sinistros são indicativos de padrões futuros de aviso de sinistros, tendo como base a experiência própria da Companhia.
- Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exige as obrigações da Companhia para com os segurados.
- Para estimar ajustes de valores relativos a sinistros avisados e que podem sofrer alteração ao longo do processo de regulação é realizado um estudo com base no desenvolvimento histórico dos sinistros. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu R\$ 5.010 (R\$ 0 em 2024) de provisão adicional de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR), líquidas dos efeitos de resseguro.
- A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores referentes, substancialmente, às restituições contratualmente devidas pela Companhia na data-base das demonstrações financeiras, acrescidos, quando aplicável, dos encargos, atualizações e variações monetárias.
- Teste de Adequação dos Passivos (TAP) é realizado com objetivo de averiguar a adequação do montante registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP. Caso seja identificada qualquer insuficiência, registra-se, imediatamente, uma provisão complementar àquelas já registradas na data do teste, em contrapartida ao resultado do período, primeiramente reduzindo-se as despesas de comercialização diferidas e os ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. O teste foi realizado considerando as determinações da Circular SUSEP nº 648/2021, em linha com o requerido pelo CPC 11. Nos termos dessa norma, foram utilizados dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas, em consistência com as informações presentes no mercado financeiro. Foram apurados os fluxos de caixa estimados para prêmios, sinistros, comissões e despesas, e mensurados na data-base descontando-os através de estrutura a termos da taxa de juros livre de risco (ETTJ) definida pela SUSEP para a curva prefixada. Para o fluxo de pagamentos futuros de sinistros foi levado em consideração os dados históricos da Companhia. As premissas consideradas para o cálculo do TAP foram:

	2025
Sinistralidade média (histórico de cinco anos)	7,93%
Despesas administrativas	20,94%
Tributos	4,65%
Outras receitas e despesas operacionais	0,79%
Despesas não alocáveis/alocáveis aos sinistros	1,32%
Cancelamento	25,97%

- O cálculo do TAP não revelou a necessidade de constituição de provisão adicional no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

• Segundo disposto no CPC 25, uma provisão é reconhecida no balanço da Companhia quando existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, ou quando existe uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente devendo ser apenas divulgados em notas explicativas.

m. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano de aposentadoria complementar

A Companhia é patrocinadora de um plano de aposentadoria complementar para os seus colaboradores, que aderiram ao referido plano, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização, o qual foi instituído em dezembro de 2004. A Companhia é responsável por custear somente as despesas administrativas e os custos relativos ao prêmio de seguro de benefícios de morte e invalidez dos participantes.

Participação dos colaboradores nos resultados

A Companhia possui programa de participação nos resultados para seus colaboradores conforme previsto no "Acordo coletivo de trabalho" específico sobre a participação dos empregados, nos Lucros e Resultados da Juntos Seguros S.A. Tais despesas são registradas no resultado do período na rubrica "Participações sobre o resultado".

n. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e créditos tributários diferidos

O Imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 mil. Para contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") a alíquota é de 15%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.



Demonstrações Financeiras 2025

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

FAZEMOS A DIFERENÇA!

JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197

3º andar | Curitiba/PR

→ continuação



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a compensar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou compensados que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

o. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

A contabilização dos prêmios de seguros é realizada na data de emissão das apólices ou na data do início de vigência do risco, a que ocorrer primeiro. Os prêmios de seguros, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguo e resseguo, e as correspondentes despesas/receitas de comercialização são reconhecidas no resultado de acordo com o prazo de vigência das apólices. Os prêmios de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices ainda não foram emitidas (RVNE) são estimados através de triângulos de run-off, com base nas informações históricas de prêmios emitidos nos últimos 60 meses da Companhia.

p. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente rendimentos sobre fundos de investimentos não exclusivos e títulos de renda fixa privados e públicos, receitas de dividendos e juros sobre o capital recebidos, quando aplicável. Adicionalmente, a Companhia registra em receitas financeiras os ressarcimentos dos juros incorridos das operações de seguros e resseguros.

As despesas financeiras abrangem os juros incorridos e correções monetárias nas operações de seguros e resseguros, e despesas e encargos com tributos.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

4 MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS PRÁTICAS MATERIAIS

a. Novas normas ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis e normativos a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas demonstrações financeiras.

i. CPC 50 - Contratos de seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do referido pronunciamento técnico é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem a base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendada pela SUSEP.

ii. CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e o novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para as demonstrações dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A norma inicia sua vigência para os períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, e será aplicável à Companhia quando referendada pela SUSEP.

iii. Lei Complementar nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. O principal efeito da aprovação é a unificação de cinco tributos – ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS – em uma cobrança única, que será dividida entre os níveis federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços) e estadual/municipal (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços). O período da transição tributária ocorrerá entre 2026 e 2033.

A Companhia estabeleceu um grupo de trabalho multidisciplinar com o objetivo de gerir a transição tributária até o final da transição, assegurando conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

5 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia está exposta às seguintes categorias de riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco operacional;
- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Em conformidade com as disposições regulatórias vigentes, apresentamos a seguir as informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação dos riscos acima mencionados.

Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar (ou mitigar) perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte no planejamento das atividades e dos negócios, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, buscando adequação dos níveis de riscos aos objetivos estratégicos estabelecidos, os quais estão norteados pela regulamentação vigente, melhores práticas internacionais e políticas corporativas.

O processo de gerenciamento de riscos está institucionalizado, através da sua governança corporativa, a qual abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios, áreas operacionais e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos, os quais destacamos (porém, não se limitando a estes):

- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Elaboração, revisão e implementação de políticas e manuais de procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais, adequação de controles e procedimentos para tratamento e mitigação dos riscos identificados;
- Monitoramento do banco de dados de perdas operacionais, ações corretivas para reversão das perdas e mitigação/eliminação da causa raiz;
- Plano de continuidade de negócios; e
- Programa de treinamento de Compliance com ênfase aos temas de controles internos, gestão de riscos, código de ética, prevenção à lavagem de dinheiro, anticorrupção, proteção de dados, segurança da informação e demais temas correlacionados e previstos em legislação e regulação vigentes.

Estrutura de Gerenciamento de riscos

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na Estrutura de Gestão de Riscos, proporcional e compatível com a natureza, escala e complexidade de suas operações, bem como está implementada de forma unificada com o seu Sistema de Controles Internos. Tal processo está alinhado ao apetite por risco formalmente definido pela Companhia, o qual orienta os limites de exposição aceitáveis e guia a atuação na identificação, avaliação e tratamento dos riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação, mensuração, mitigação e monitoramento dos riscos.

A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do Value at Risk (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos quantitativos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de banco de dados de perdas operacionais, análises de resultados de testes e controles, auditorias, buscando a integração com as análises estratégicas na gestão dos riscos.

Para assegurar o processo de gerenciamento de riscos com o seu ambiente de governança corporativa, a Companhia conta com as seguintes comissões/comitês que existem dentro da estrutura de Grupo no qual faz parte:

- Comitê de subscrição:** constituído por um grupo técnico multidisciplinar para discutir e deliberar sobre os riscos de subscrição de

maior complexidade e com importância segura que requer uma análise operacional, comercial e técnica adequadas ao apetite de riscos da Companhia.

- Comitê de deliberações do jurídico e sinistro:** constituído para deliberar na análise técnica e na tomada de decisões no tocante as expectativas de sinistros, sinistros e aos processos judiciais que sejam relativos às apólices emitidas pela Companhia.

- Comitê de auditoria:** reporta-se ao Diretor Presidente e à Assembleia Geral e possui atribuições para revisar as demonstrações financeiras à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos com base na regulamentação vigente e das políticas internas; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Diretor Presidente o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

- Comitê de crédito:** constituído por um grupo técnico multidisciplinar para discutir e deliberar sobre os limites de crédito a serem concedidos ou alterados para clientes e potenciais clientes que requer uma análise operacional, comercial e técnica adequadas ao apetite de riscos da Companhia.

- Grupo de trabalho de investimentos:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos de investimentos, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho da carteira de investimentos e propor, para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as diretrizes de investimentos para os ativos da Companhia.

- Comissão executiva:** composto por membros da Diretoria Estatutária, cabe a esta comissão zelar pela qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições multidisciplinares para deliberar sobre temas de relevância, atrelados ao ambiente corporativo e de negócios, assim sendo, também é parte dessa comissão a deliberação de matérias relacionadas a Estrutura de Gestão de Riscos, Sistema de Controles Internos, tais como prevenção ao crime de Lavagem de Dinheiro, Código de Ética e Conduta, Plano de Compliance e demais temas correlacionados.

- Reuniões executivas de riscos:** acontecem individualmente ou em grupo, normalmente a composição é por um grupo multidisciplinar, inclusive por Diretor e membro do Conselho de Administração, que se reúne periodicamente para analisar, debater e promover recomendações que possam colaborar na eficiência da gestão e estrutura de riscos, bem como na avaliação do sistema de controles internos, conforme melhores práticas e disposições regulatórias vigentes. É parte dessas reuniões o acompanhamento dos planos de ações referente as eventuais recomendações e apontamentos oriundos dos relatórios das auditorias internas e externas, sob forma de assegurar a conformidade com o apetite de riscos da Companhia e seu ambiente de governança corporativa.

- Comissão de segurança da informação e privacidade:** composto por um grupo de trabalho multidisciplinar com o objetivo de estudar, recomendar e assessorar a Diretoria Executiva em relação à exequção das diretrizes de segurança da informação, bem como disseminar a cultura e o engajamento dos colaboradores e dos fornecedores de bens e serviços da Junto na conformidade com o programa de segurança da informação e privacidade, conforme melhores práticas e disposições regulatórias vigentes.

Além dessas Comissões e Comitês, a Companhia possui um departamento de auditoria interna o qual é fundamental na estrutura de governança corporativa, pois sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para a avaliação dos controles internos e de gestão de riscos adequadas ao perfil da Companhia. A auditoria interna possui um calendário de avaliação seguindo uma agenda regulatória e operacional, atrelada ao modelo de negócio, sendo que suas atividades de revisões, análises, recomendações, pareceres e demais informações relativas ao ambiente institucional ratificando o cumprimento das suas atribuições e responsabilidades dentro da Companhia, com total segregação e isenção.

a. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, e aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente oriundos do relacionamento de negócios, excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.

Controle de risco operacional

Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Compliance para evitar (ou mitigar) a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não da conformidade com as normas, procedimentos e políticas internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, cuja matriz de riscos corporativos é atualizada regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles, auditorias internas, testes do sistema de revisão dos controles, planos de ações e melhorias implantadas de forma institucional/corporativa.

b. Risco de subscrição

O gerenciamento de risco de subscrição é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros destes ramos.

A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros seja maior do que a estimada. O risco de seguro geral inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Os departamentos técnicos desenvolveram mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições a riscos de seguros acumulados para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco no âmbito do negócio por região, baseado no valor dos Prêmios emitidos diretos.

		2025
	Prêmio emitido direto	%
Sudeste	496.970	48,22%
Sul	240.440	23,33%
Nordeste	70.380	6,83%
Centro-oeste	203.316	19,73%
Norte	19.453	1,89%
Totais	1.030.559	100%

O prêmio emitido direto, demonstrado acima, reconcilia com o prêmio emitido líquido da demonstração do resultado da seguinte forma:

	2025
Prêmio emitido direto	1.030.559
Prêmio líquido de cosseguo aceito	1.493
Prêmio líquido de cosseguo cedido	(153.896)
RVNE	1.252
Prêmios emitidos líquidos	879.408

Estratégia de subscrição

A Companhia é especializada e oferece seguros no ramo de seguro garantia e fiança locatícia e tem como objetivo investir em novos e melhores processos de seleção de riscos, precificação e acredita que as técnicas de subscrição de riscos empregadas oferecem vantagem na identificação e seleção dos riscos sobre os contratos de seguros assumidos. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas através de políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

Estratégia de resseguo

Como forma de reduzir o risco definiu-se a política de resseguo, a qual é revisada, no mínimo, anualmente. Dessa definição constam: os riscos a ressegurar, lista dos resseguradores e grau de concentração.

Os contratos de resseguo firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição a riscos isolados, além de contratos facultativos para determinadas circunstâncias.

Resultados do teste de sensibilidade

Passivos atuariais

No teste de sensibilidade foram projetados os passivos atuariais e demonstrado o impacto de uma mudança razoavelmente possível quando do aumento e redução nas taxas de juros, aumento nas despesas administrativas e na sinistralidade. Os resultados do teste estão apresentados a seguir.

	Total de Provisão de Sinistros	Valor Presente Sinistros Passados(*)	Sensibilidade Sinistros Passados(*)	Valor Total PPNG líquida da DCD	Valor Presente Sinistros Futuros	Sensibilidade Sinistros Futuros	Ajustes PPNG Passivos atuariais
Sensibilidade							(PCC)
(1) Cenário Base	398.872	330.055	(68.817)	1.205.870	315.246	(890.624)	-
(2) Sinistralidade + 10pp	398.872	330.055	(68.817)	1.205.870	400.472	(805.398)	-
(3) Despesas + 10%	398.872	330.055	(68.817)	1.205.870	404.628	(801.242)	-
(4) Juros - 10%	398.872	335.692	(63.180)	1.205.870	321.881	(883.989)	-
(5) Juros + 10%	398.872	324.706	(74.166)	1.205.870	308.880	(896.990)	-

(*) Sinistros passados: reserva total necessária na data-base, relativa a sinistros que já ocorreram (inclui IBNR e PDR). A sensibilidade de sinistralidade não afeta o valor presente dos sinistros passados.

(1) Líquida de DCD e Ativos Intangíveis

(2) Acréscimo de 10pp na Sinistralidade

(3) Acréscimo de 10% nas Despesas Administrativas

(4) Decréscimo de 10% na taxa de juros utilizada no desconto dos fluxos de Sinistros Passados e Sinistros Futuros.

(5) Acréscimo de 10% na taxa de juros utilizada no desconto dos fluxos de Sinistros Passados e Sinistros Futuros

Limitações da análise de sensibilidade

Os quadros acima demonstram o efeito no resultado, passivo e no patrimônio líquido, de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas, pois, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são gerenciados e altamente controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado e conforme os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o



Demonstrações Financeiras 2025
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

FAZEMOS A DIFERENÇA!

JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33
Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197
3º andar | Curitiba/PR

★ continuação



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste período, na primeira linha do quadro a seguir, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que são obtidas informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros que são avisadas a Companhia. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de ocorrência e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Incluem-se as provisões para despesas relacionadas (PDR), deduzido o cosseguro.

Sinistro bruto de resseguro

Montante de sinistros incorridos	<2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano de ocorrência	423.518	35.295	16.964	6.964	31.934	5.279	3.774	31.854	22.934	27.436	36.420	36.420
Um ano após ocorrência	452.355	39.791	27.479	21.648	38.649	11.058	10.749	58.534	38.840	35.554	-	35.554
Dois anos após ocorrência	476.558	63.324	36.265	22.160	38.937	11.767	13.173	73.867	39.934	-	-	39.934
Três anos após ocorrência	478.703	67.838	36.719	22.496	39.872	13.845	14.527	78.227	-	-	-	78.227
Quatro anos após ocorrência	480.244	67.971	37.454	23.732	40.001	13.985	14.778	-	-	-	-	14.778
Cinco anos após ocorrência	483.115	67.972	38.768	23.861	40.152	14.084	-	-	-	-	-	14.084
Seis anos após ocorrência	484.100	68.096	38.823	23.864	40.222	-	-	-	-	-	-	40.222
Sete anos após ocorrência	484.414	68.098	38.836	23.919	-	-	-	-	-	-	-	23.919
Oito anos após ocorrência	484.457	68.100	38.881	-	-	-	-	-	-	-	-	38.881
Nove anos após ocorrência	484.508	68.129	-	-	-	-	-	-	-	-	-	68.129
Dez anos após ocorrência	485.278	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	485.278

Estimativa dos sinistros na

data-base	485.278	68.129	38.881	23.919	40.222	14.084	14.778	78.227	39.934	35.554	36.420	875.426
Pagamento de sinistros efetuados	197.724	44.865	38.281	23.490	36.033	13.202	14.381	76.189	37.084	34.686	32.951	548.886
Sinistros Pendentes (a)	287.554	23.264	600	429	4.189	882	397	2.038	2.850	868	3.469	326.540

(a) Não foram considerados no desenvolvimento as provisões de despesas relacionadas de IBNR no montante de R\$ 2.806.

Sinistro líquido de resseguro

Montante de sinistros incorridos	<2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano de ocorrência	67.958	13.922	8.563	4.372	13.664	3.868	2.361	14.598	10.675	14.177	14.309	14.309
Um ano após ocorrência	79.828	16.614	12.706	10.423	17.667	7.074	6.385	26.989	18.522	18.393	-	18.393
Dois anos após ocorrência	90.212	21.025	17.400	10.929	17.955	7.693	8.189	31.209	19.161	-	-	19.161
Três anos após ocorrência	90.911	23.714	17.670	11.260	18.836	8.990	8.864	31.945	-	-	-	31.945
Quatro anos após ocorrência	91.779	23.828	18.087	11.372	18.930	9.127	9.008	-	-	-	-	9.008
Cinco anos após ocorrência	93.305	23.829	18.548	11.501	19.051	9.181	-	-	-	-	-	9.181
Seis anos após ocorrência	93.856	23.953	18.603	11.504	19.093	-	-	-	-	-	-	19.093
Sete anos após ocorrência	93.985	23.955	18.615	11.539	-	-	-	-	-	-	-	11.539
Oito anos após ocorrência	94.012	23.955	18.637	-	-	-	-	-	-	-	-	18.637
Nove anos após ocorrência	94.041	23.970	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.970
Dez anos após ocorrência	94.564	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	94.564

Estimativa dos sinistros na

data-base	94.564	23.970	18.637	11.539	19.093	9.181	9.008	31.945	19.161	18.393	14.309	269.800
Pagamento de sinistros efetuados	74.384	19.047	18.318	11.226	16.961	8.405	8.682	30.953	17.663	17.834	12.772	236.245
Sinistros Pendentes (a)	20.180	4.923	319	313	2.132	776	326	992	1.498	559	1.537	33.555

(a) Não foram considerados no desenvolvimento as provisões de despesas relacionadas de IBNR no montante de R\$ 1.348.

c. Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia.

Gerenciamento de risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por Companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras.

Controle de risco de crédito

Atualmente, a principal exposição ao risco de crédito se limita ao risco soberano pela exposição ao governo federal via títulos públicos.

O quadro abaixo apresenta a composição do portfólio financeiro da Companhia e seus ratings em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Rating	31 de dezembro de 2025					Sem Classificação	Total
	AAA	AA+	AA-	BB			
Títulos Públicos (a)	-	-	-	589.578	-	-	589.578
Ações de companhias abertas	784	-	-	-	-	-	784
Fundos de investimento	-	-	-	-	46.706	46.706	-
Total	784	-	-	589.578	46.706	637.068	-
Representatividade	0%	0%	0%	93%	7%	100%	-

Rating	31 de dezembro de 2024					Sem Classificação	Total
	AAA	AA+	AA-	BB+			
Títulos Públicos (a)	-	-	-	472.415	-	-	472.415
DPGE	-	-	30.844	-	-	-	30.844
Ações de companhias abertas	-	619	-	-	-	-	619
Fundos de investimento	-	-	-	-	26.065	26.065	-
Total	-	619	30.844	472.415	26.065	529.943	-
Representatividade	0%	0%	6%	89%	5%	100%	-

(a) Considerado o rating soberano na escala internacional para os títulos públicos.

Exposições ao crédito de seguro

A Companhia está exposta a perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador da apólice, dos compromissos financeiros por ele assumidos quando da emissão de um seguro. Com o objetivo de mitigar tais riscos de crédito e consequentemente diminuir a probabilidade de redução ao valor recuperável dos prêmios a receber, a Companhia realiza um processo de avaliação dos tomadores, como parte de sua metodologia para análise de crédito, fazendo uso de critérios quantitativos e qualitativos desse tomador e o grupo econômico em que ele está inserido.

A Companhia também possui exposição relacionada a concentrações de risco com resseguradoras, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia gerencia as exposições às resseguradoras, avaliando regularmente e limitando os impactos de eventuais inadimplências. A Companhia opera substancialmente com a resseguradora local do Grupo (99,4% do saldo em exposição), com classificação de risco A- pela escala internacional da AMBest e brAAA pela Standard & Poor's.

O saldo a recuperar com resseguradoras é de R\$ 9.930 (R\$ 16.868 em 31 de dezembro de 2024), e o saldo de ativo de resseguro - provisões técnicas (sinistros) é de R\$ 337.553 (R\$ 317.136 em 31 de dezembro de 2024).

d. Risco de liquidez

A companhia possui forte posição de liquidez que é mantida por meio de política de gerenciamento de liquidez para manter recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

Gerenciamento de risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Administração e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. As prerrogativas consideradas pela Companhia para o monitoramento deste risco estão descritas no Manual de Procedimentos de Liquidez e na Nota Técnica de Apetite a Riscos da Companhia, cujos documentos possuem sinergia com o disposto nas Resoluções CNSP 416/2021 e 432/2021. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Companhia a liquidar as operações de modo seguro. As principais diretrizes a serem consideradas para a gestão do risco são:

- Política de Investimentos compatível com o perfil de risco da companhia;
- Projeção futura dos passivos, visando a cobertura correta sobre cenários de estresse;
- Monitoramento e projeção mensal dos ativos vinculados ante os passivos a serem cobertos; e
- Monitoramento da cobertura do PLA ante o Capital Mínimo Requerido. Conforme descrito em Nota Técnica Atuarial, a Companhia entende como um patamar estável de suficiência o índice de 230%, representado pela relação entre a suficiência de PLA frente ao CMR (nota explicativa 21).

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é avaliado pela conciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos é suficiente para suprir as demandas de liquidez.

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. Conforme estabelecido em Nota Técnica Atuarial, o limite técnico de segurança utilizado para 31 de dezembro de 2025 foi de 10% do Capital Mínimo Requerido.

Gerenciamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Em conformidade

pelo disposto nas Resoluções CNSP 416/2021 e 432/2021, a Companhia adota os processos de estudo da evolução dos passivos por meio do teste de adequação dos passivos e conduz o estudo do casamento entre seus fluxos de ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos.

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento como a análise de sensibilidade, e verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros) e casamento de ativos e passivos. Além disso, o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) é realizado, semestralmente, como objetivo de averiguar a adequação do montante registrado contabilmente a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP. A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	Fluxo de Ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
Fluxo de 0 a 6 meses	467.810	646.753
Fluxo de 6 a 12 meses	250.876	321.055
Fluxo de 12 a 60 meses	1.010.581	540.034
Fluxo acima de 60 meses	19.130	26.415
Total	1.748.397	1.534.257

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base no fluxo de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações, créditos das operações com seguros e resseguros e ativos de resseguros. Conforme nota explicativa 6.b, as aplicações financeiras classificadas no longo prazo, e apresentadas no fluxo acima de acordo com o seu vencimento contratual, possuem liquidez imediata e podem ser utilizadas para liquidação de passivos de curto prazo se necessário.

(ii) O fluxo de passivos considera os débitos das operações com seguros e resseguros e as provisões técnicas.

Gerenciamento de capital

A abordagem de gerenciamento de capital da Companhia é orientada pelas suas estratégias e necessidades organizacionais, levando em conta a regulamentação, o ambiente econômico e comercial em que se opera.

É objetivo da Companhia manter uma base de capital forte para suportar o desenvolvimento dos seus negócios e para atender os requisitos regulamentares de capital em todos os momentos.

O gerenciamento de capital da Companhia incorpora uma série de medidas diferentes de capital e inclui o capital investido e o regulatório, definidos como:

- Capital investido é definido como o capital investido na Companhia pelos seus acionistas; e
- Capital regulatório é o capital que a Companhia é obrigada a manter conforme determinado pela regulamentação vigente (nota explicativa 21).

e. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos resultados da Companhia.

Gerenciamento de risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Controle de risco de mercado

A exposição ao risco de mercado das carteiras da Companhia corresponde substancialmente aos seus investimentos em fundos de investimento. A alocação em renda variável se faz pela participação em ações do IRB, focado principalmente em dividendos com perspectivas de longo prazo. No controle de risco de mercado utiliza-se do VaR paramétrico com intervalo de confiança de 95% e testes de estresse que simulam diversos cenários como, por exemplo, aqueles usados pela B3 S.A. para cálculo de margens.

Exposição ao risco de mercado

Atualmente, a exposição ao risco de mercado se limita substancialmente às taxas de juros básicas, que impactam diretamente e principalmente os títulos públicos detidos pela Companhia.

Ativos financeiros

Apresentamos abaixo a análise de sensibilidade de instrumentos financeiros, excluindo as aplicações em fundos de investimentos e em ações que a Companhia possui do IRB, considerando cada tipo de risco e percentuais de deterioração, a saber:

(i) Situação com valorização/deterioração de, pelo menos, 1% na variável de risco considerada (taxa de juros).

(ii) Situação com valorização/deterioração de, pelo menos, 25% na variável de risco considerada (taxa de juros).

(iii) Situação com valorização/deterioração de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada (taxa de juros).

Sensibilidade dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2025

		Alta DI - Valorização:			Baixa DI - Deterioração:		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Carteira própria - TVM	Valor-base	1%	25%	50%	1%	25%	50%
LFT	566.440	844	21.100	42.200	(844)	(21.100)	(42.200)
NTN-B	12.807	19	477	952	(19)	(477)	(952)
NTN-F	10.331	15	385	770	(15)	(385)	(770)
Efeito no patrimônio líquido		9	238	474	(9)	(238)	(474)
Efeito no resultado		869	21.724	43.448	(869)	(21.724)	(43.448)

O índice de CDI considerado: 14,90% a.a., foi obtido através de informações disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil, acumulando o índice até 31 de dezembro de 2025.

6 APLICAÇÕES

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

31 de dezembro de 2025						
	Taxa de juros contratada (média)	Valor contábil	Valor justo	Custo atualizado	Ajuste a valor justo	%
Quotas de fundos de investimentos renda fixa		46.706	46.706	46.706	—	7%
Mensuradas ao VJR		46.706	46.706	46.706	—	7%
LFT	100% SELIC	566.440	566.440	566.103	337	89%
NTN-F	Pré 10,6%	10.331	10.331	10.598	(267)	2%
NTN-B	Pós 7,9%	12.807	12.807	12.727	80	2%
Ações de companhias abertas		784	784	784	—	—%
Mensuradas ao VJORA		590.362	590.362	590.212	150	93%
Total de aplicações		637.068	637.068	636.918	150	100%

31 de dezembro de 2024						
	Taxa de juros contratada (média)	Valor contábil	Valor justo	Custo atualizado	Ajuste a valor justo	%
Quotas de fundos de investimentos renda fixa	—	26.065	26.065	26.065	—	5%
Mensuradas ao VJR		26.065	26.065	26.065	—	5%
LFT	100% SELIC	408.023	408.023	407.793	231	77%
LTN	Pré: 5,4% a 10,3%	54.681	54.681	54.685	(4)	10%
NTN-F	Pré: 10,6%	9.711	9.711	10.546	(835)	2%
DPGE	110% CDI DI +1,3%	30.844	30.844	30.655	189	6%
Ações de companhias abertas	—	619	619	619	—	—%
Mensuradas ao VJORA		503.878	503.878	504.298	(419)	95%
Total de aplicações		529.943	529.943	530.363	(419)	100%

b. Aplicações financeiras por prazo e por título

	31 de dezembro de 2025				
	Valor Contábil	Sem Vencimento	Vencimento até 6 meses	Vencimento de 6 meses a 1 ano	Vencimento acima de 1 ano
Quotas de fundos de investimentos	46.706	46.706	–	–	–
Títulos de renda fixa - Públicos (a)	589.578	–	–	–	589.578
Ações de companhias abertas	784	784	–	–	–
Total	637.068	47.490	–	–	589.578
	31 de dezembro de 2024				
	Valor Contábil	Sem Vencimento	Vencimento até 6 meses	Vencimento de 6 meses a 1 ano	Vencimento acima de 1 ano
Quotas de fundos de investimentos	26.065	26.065	–	–	–
Títulos de renda fixa - Públicos (a)	472.415	–	59.285	22.287	390.843
Ações de companhias abertas	619	619	–	–	–
DPGE	30.844	–	8.697	22.147	–
Total	529.943	26.684	67.982	44.434	390.843



Demonstrações Financeiras 2025
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

FAZEMOS A DIFERENÇA!

JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33
Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197
3º andar | Curitiba/PR

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

c. Movimentação aplicações financeiras

	31 de dezembro de 2025					
	Saldo inicial	Aplicação	Resgate	Rendimento	Ajuste ao valor justo	Saldo final
LFT	408.023	483.140	(392.543)	67.713	107	566.440
LTN	54.681	—	(54.706)	21	4	—
NTN-F	9.711	—	(991)	1.043	568	10.331
NTN-B	—	12.503	—	224	80	12.807
Quotas de fundos de investimentos	26.065	106.521	(90.591)	4.711	—	46.706
Ações de companhias abertas (a)	619	—	—	165	—	784
DPGE	30.844	—	(33.801)	3.146	(189)	—
Total	529.943	602.164	(572.632)	77.023	570	637.068
	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Aplicação	Resgate	Rendimento	Ajuste ao valor justo	Saldo final
LFT	348.118	285.860	(267.739)	41.777	7	408.023
LTN	93.258	—	(43.499)	5.152	(230)	54.681
NTN - F	10.694	—	(992)	1.043	(1.034)	9.711
Quotas de fundos de investimentos	41.900	100.020	(118.888)	3.033	—	26.065
Letras financeiras	8.084	—	(8.136)	53	(1)	—
Ações de companhias abertas (a)	659	—	—	(40)	—	619
DPGE	27.382	—	—	3.342	120	30.844
Total	530.095	385.880	(439.254)	54.360	(1.138)	529.943

(a) Em 30 de junho de 2022, a Companhia reconheceu uma redução ao valor recuperável do referido instrumento financeiro classificado como VJORA, uma vez que identificou os elementos previstos na norma de declínio significativo e prolongado do valor de mercado, inclusive inferior ao valor de custo. Por esse motivo, reclassificou o saldo de ajuste ao valor justo anteriormente registrado no patrimônio líquido para o resultado daquele exercício. Em 2025, a variação do valor justo de R\$ 165 (R\$ (40) em 2024) foi reconhecida no resultado, como um ganho/(perda) na redução ao valor recuperável, considerando que os cenários de imparidade permaneciam nas respectivas datas-bases.

d. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- **Nível 1** - Títulos com cotação em mercado ativo;
- **Nível 2** - Títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável mediante a utilização de modelos reconhecidos e utilizados pelo mercado;
- **Nível 3** - Títulos que não possuem seu valor justo determinado com base em um mercado observável (modelos de precificação interna na Companhia).

	2025			2024		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Mensuradas ao VJR	—	46.706	46.706	—	26.065	26.065
Quotas de fundos de investimentos renda fixa	—	—	—	—	—	—
Mensuradas ao VJORA	—	—	—	—	—	—
LFT	566.440	—	566.440	408.023	—	408.023
NTN-F	10.331	—	10.331	9.711	—	9.711
NTN-B	12.807	—	12.807	—	—	—
LTN	—	—	—	54.681	—	54.681
Ações de companhias abertas	784	—	784	619	—	619
DPGE	—	—	—	30.844	—	30.844
Total	590.362	46.706	637.068	473.034	56.909	529.943

O valor de mercado dos títulos públicos federais e de alguns títulos privados é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

O fundo de investimento renda fixa se destina a receber recursos exclusivamente de sociedades seguradoras, de capitalização, entidades abertas e previdência complementar e resseguradores locais, e sua carteira é composta substancialmente por títulos públicos e valorizados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos.

As ações de companhia aberta tiveram seus valores de mercado obtido a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa e Balcão (B3).

Em 2024, os DPGEs tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pelo custodiante.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

7 CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a. Prêmios a receber - Seguros

	Em 31 de dezembro de 2025				Em 31 de dezembro de 2024			
	Prêmios a receber	Prêmios RVNE	Provisão de crédito	Riscos Total	Prêmios a receber	Prêmios RVNE	Provisão de crédito	Riscos Total
Ramos								
Fiança locatícia	14.568	1.250	(31)	15.787	6.071	863	(34)	6.900
Garantia Judicial	—	—	—	—	—	15	—	15
Garantia segurado setor público	782.579	25.957	(13.605)	794.931	632.229	25.398	(15.287)	642.340
Garantia segurado setor privado	145.232	22.060	(2.796)	164.496	153.078	21.740	(2.490)	172.328
Total	942.379	49.267	(16.432)	975.214	791.378	48.016	(17.811)	821.583

Prêmios a receber - por vencimento

	2025	2024
Vencidos		
entre 1 e 60 dias	28.171	19.460
entre 61 e 120 dias	12.116	13.145
entre 121 e 180 dias	6.250	5.037
entre 181 e 365 dias	13.842	7.222
acima de 365 dias	11.584	10.556
Total vencidos	71.963	55.420

A vencer

	2025	2024
entre 1 e 60 dias	162.049	107.045
entre 61 e 120 dias	82.960	51.657
entre 121 e 180 dias	82.581	78.364
entre 181 e 365 dias	87.530	78.565
acima de 365 dias	455.296	420.327
Total a vencer	870.416	735.958
Total vencidos e a vencer	942.379	791.378

O prazo médio ponderado de parcelamento é de 2 anos e 2 meses (2 anos e 3 meses em 2024), considerando uma média aritmética ponderada entre a data de vencimento das parcelas do contas a receber, a data de emissão da apólice e o prêmio a receber.

Prêmios a receber - Movimentação

	2025	2024
Saldo inicial	821.583	638.316
Prêmios emitidos	1.543.694	1.158.553
Adicional de fracionamento	2.156	1.559
Prêmios cancelados	(430.513)	(212.060)
RVNE	1.252	2.656
Recebimentos	(963.567)	(759.038)
Constituição provisão de redução ao valor recuperável incluindo perda efetiva	609	(8.403)
Saldo final	975.214	821.583

b. Operações com seguradoras e resseguradoras

As operações com seguradoras são compostas por saldos de comissões de corretagem de cosseguro cedido e totalizam R\$ 59.513 (R\$ 53.479 em 2024). As operações com resseguradoras são compostas por restituições de prêmio líquido de comissão e de sinistros pagos a serem recuperados dos resseguradores, que totalizam R\$ 9.930 (R\$ 16.868 em 2024).

c. Outros créditos operacionais

	2025	2024
Comissões a recuperar e ressarcimentos de sinistros	2.114	1.155
Provisão do valor recuperável de outros créditos	(1.988)	(698)
Total	126	457

8 ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos de resseguro referem-se aos prêmios de resseguros diferidos que são constituídos pelo valor dos prêmios cedidos em resseguro, correspondente ao período restante de cobertura do risco, e pela provisão de recuperação de sinistros e IBNR do ramo garantia e fiança locatícia.

a. Prêmios de resseguros diferidos

	31 de dezembro de 2025		
	PPNG	DCD	PPNG Líquida
Ramos			
Fiança locatícia	23.237	(9.705)	13.532
Garantia segurado setor público	1.151.205	(441.904)	709.301
Garantia segurado setor privado	135.252	(55.316)	79.936
Subtotal	1.309.694	(506.925)	802.769
Contrato de resseguro - garantia de excesso de danos	18.577	—	18.577
Total	1.328.271	(506.925)	821.346
	31 de dezembro de 2024		
	PPNG	DCD	PPNG Líquida
Ramos			
Fiança locatícia	13.804	(5.751)	8.053
Garantia segurado setor público	943.751	(363.259)	580.492
Garantia segurado setor privado	125.593	(51.383)	74.210
Subtotal	1.083.148	(420.393)	662.755
Contrato de resseguro - garantia de excesso de danos	16.328	—	16.328
Total	1.099.476	(420.393)	679.083

Movimentação prêmios de resseguros diferidos

	2025	2024
Saldo inicial	1.099.476	985.564
Apropriações	(476.120)	(415.315)
Constituições	704.915	529.227
Saldo final	1.328.271	1.099.476
Movimentação comissões de resseguros diferidas		
Saldo inicial	(420.393)	(379.699)
Constituições	345.725	299.912
Apropriações	(432.257)	(340.606)
Saldo final	(506.925)	(420.393)

b. Sinistros - Resseguros

	2025	2024
Sinistros pendentes de pagamentos	273.453	266.122
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	30.140	26.824
Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR (a)	12.970	—
Provisão de despesas relacionadas	20.990	24.190
Total	337.553	317.136
(a) O saldo de IBNeR de resseguro divulgado na tabela acima é composto por R\$ 10.662 de IBNeR de PSL e R\$ 2.308 de IBNeR de PDR.		

Movimentação provisão de sinistros pendentes de pagamentos

	2025	2024
Saldo inicial	266.122	274.076
Constituição	42.123	38.588
Recuperação	(44.575)	(57.616)
Reversão	(2.379)	(3.056)
Atualização monetária	12.162	14.130
Saldo final	273.453	266.122
Movimentação provisão de despesas relacionadas		
Saldo inicial	20.990	24.190
Constituição	1.434	3.985
Recuperação	(4.052)	(3.911)
Reversão	(2.162)	(513)
Atualização monetária	1.580	2.101
Saldo final	20.990	24.190

9 TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

a. Créditos tributários e previdenciário

	2025	2024
Imposto de renda		
Imposto de renda a compensar (a)	3.383	963
Imposto de renda TVM (b)	—	105
Contribuição social		
Contribuição social a compensar (a)	1.159	979
Contribuição social TVM (b)	—	63
PIS e COFINS		
Cofins a compensar	685	223
PIS a compensar	165	58
Outros créditos tributários	29	18
Total	5.421	2.409
Ativo circulante	5.421	2.409
(a) O saldo representa créditos decorrentes de saldo negativo de anos anteriores e valores de impostos retidos por clientes. A realização dos créditos será através do pedido de compensação administrativa, com débitos em impostos federais.		
(b) Efeito fiscal relacionado ao ajuste do valor de mercado dos títulos classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes.		

Créditos tributários não registrados

A Companhia não possui créditos tributários não registrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

b. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são valores referentes às ações judiciais de tributos, trabalhistas e cíveis relacionadas a sinistros.

	2025	2024
Tributário (i)	48.096	44.902
Sinistros	4.402	12.498
Total depósitos judiciais	52.498	57.400

(i) Refere-se substancialmente a um depósito realizado em função de ação declaratória relacionada a imposto de renda e contribuição social, cuja avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia é de perda possível, razão pela qual não foi constituída provisão correspondente.

10 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

As despesas de comercialização, diretamente relacionadas ao valor de cada prêmio comercial e efetivamente liquidadas, foram diferidas e amortizadas individualmente de acordo com o prazo de vigência do risco englobado pela PPNG constituída que é equivalente a uma vigência média ponderada de 1.121 dias (1.210 em 2024).

	2025	2024
Ramos		
Fiança locatícia	10.057	5.597
Garantia segurado setor público	265.638	214.950
Garantia segurado setor privado	38.488	36.315
Total	314.183	256.862

Movimentação de custos de aquisição diferidos

	2025	2024
Saldo inicial	256.862	226.538
Apropriações	(168.639)	(180.791)
Constituições	225.960	211.115
Saldo final	314.183	256.862

11 ARRENDAMENTO

a) Ativo de direito de uso

	31 de dezembro de 2025					
	Taxa média depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo final
Imóveis	20%	58	601	—	(312)	347
Total		58	601	—	(312)	347

	31 de dezembro de 2024					
	Taxa média depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas (i)	Depreciação	Saldo final
Imóveis	20%	1.839	—	(831)	(950)	58
Total		1.839	—	(831)	(950)	58

(i) Encerramento antecipado do antigo contrato de aluguel no qual a empresa estava alocada fisicamente. O novo contrato foi firmado e registrado pela Controladora.

b) Passivo de arrendamento

	31 de dezembro de 2025					
	Saldo inicial	Adições	Juros	Pagamento	Saldo final	
Imóveis	70	601	78	(377)	372	
Total	70	601	78	(377)	372	



Demonstrações Financeiras 2025
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

FAZEMOS A DIFERENÇA!

JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33
Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197
3º andar | Curitiba/PR

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

	31 de dezembro de 2024				
	Saldo inicial	Baixas	Juros	Pagamento	Saldo final
	2.034	(831)	123	(1.256)	70
Imóveis					
Total	2.034	(831)	123	(1.256)	70

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade e características do contrato de arrendamento ("spread" de crédito). A taxa média de desconto dos contratos da Companhia é de 10% a.a.

12 INVESTIMENTOS

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Participação societária	Valor contábil	Participação societária	Valor contábil
Junto Controle de Riscos Ltda. (a)	99,99%	835	99,99%	73

Total investimentos em participações societárias 835 73

(a) A Controlada Junto Controle de Riscos Ltda. foi constituída em 26 de abril de 2011. Tem como principal atividade econômica a prestação de serviços de consultoria em gestão empresarial. O capital social da Controlada registrado no valor de R\$ 1.110 (R\$ 1.110 em 31 de dezembro de 2024) encontra-se totalmente subscrito e integralizado pelas acionistas Junto Seguros S.A. participando com 99,99% e a Junto Resseguros S.A. detendo em seu poder 0,01% das ações.

a. Movimentação do saldo de investimento

1º de janeiro de 2025	73
Resultado de equivalência patrimonial	762
31 de dezembro de 2025	835
1º de janeiro de 2024	654
Resultado de equivalência patrimonial	(581)
31 de dezembro de 2024	73

13 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não identificou indício de perda efetiva no valor recuperável de seus ativos.

a) Bens móveis e outras imobilizações

	31 de dezembro de 2025					
	Taxa de depreciação anual	Saldo inicial	Adições	Baixas	Alienações	Saldo final
Equipamentos de informática	20%	1.141	145	(7)	—	931
Móveis, máquinas e utensílios	10%	403	29	(26)	—	283
Instalações	10%	64	—	(40)	—	18
Outras imobilizações em curso	—	—	64	—	—	64
Total		1.608	238	(73)	—	1.296

	31 de dezembro de 2024					
	Taxa de depreciação anual	Saldo inicial	Adições	Baixas	Alienações	Saldo final
Equipamentos de informática	20%	1.169	454	—	(25)	1.411
Móveis, máquinas e utensílios	10%	754	24	—	(214)	403
Instalações	10%	161	—	—	(72)	64
Total		2.084	478	—	(311)	1.608

b) Intangível

	31 de dezembro de 2025					
	Taxa de amortização anual	Saldo inicial	Adições	Alienações	Transferência	Saldo final
Projetos	33%	3.397	—	—	8.365	7.334
Intangível em desenvolvimento	—	8.310	12.905	—	(8.365)	12.850
Outros intangíveis	20%	141	—	—	—	87
Total		11.848	12.905	—	(4.482)	20.271

	31 de dezembro de 2024					
	Taxa de amortização anual	Saldo inicial	Adições	Alienações	Transferência	Saldo final
Projetos	33%	—	56	—	5.005	3.397
Intangível em desenvolvimento	—	5.033	8.282	—	(5.005)	8.310
Outros intangíveis	20%	10	139	—	—	141
Total		5.043	8.477	—	(1.672)	11.848

14 CONTAS A PAGAR

	2025	2024
Obrigações a pagar	42.742	26.315
Fornecedores	4.057	2.216
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	28.824	14.469
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	9.779	9.337
Outras obrigações	82	293
Impostos e encargos sociais a recolher	5.731	2.697
Imposto de renda retido de colaboradores	601	529
Imposto de renda retido de terceiros	2.199	406
Imposto sobre serviços retido	402	171
Imposto sobre operações financeiras	1.066	474
Contribuições previdenciárias	1.050	704
Contribuições para o FGTS	229	211
Outros impostos e encargos sociais	184	202
Encargos trabalhistas	3.586	3.366
Férias a pagar	3.579	3.366
Outros encargos	7	—
Impostos e contribuições	340	644
Imposto de renda	38	284
Contribuição social	22	322
COFINS	241	33
PIS	39	5
Outras contas a pagar	3.139	4.819
Total	55.538	37.841

15 DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a. Operações com seguradoras
Refere-se substancialmente aos prêmios de cosseguros cedidos, dos ramos garantia a serem pagos às seguradoras, no montante de R\$ 294.215 (R\$ 255.163 em 2024).

b. Operações com resseguradoras

	Em 31 de dezembro de 2025				
	Prêmios de Resseguro	Prêmios RVNE	Sinistros	Prêmios de Excesso de danos	Total
Ramos					
Fiança locatícia	5.113	440	—	—	5.553
Garantia segurado setor público	357.791	13.828	1.202	(526)	372.295
Garantia segurado setor privado	42.252	10.168	4.898	8.436	65.754
Total	405.156	24.436	6.100	7.910	443.602

	Em 31 de dezembro de 2024				
	Prêmios de Resseguro	Prêmios RVNE	Sinistros	Prêmios de Excesso de danos	Total
Ramos					
Fiança locatícia	2.702	310	30	—	3.042
Garantia segurado setor público	295.323	13.783	1.135	1.308	311.549
Garantia segurado setor privado	41.072	10.051	4.310	5.603	61.036
Total	339.097	24.144	5.475	6.911	375.627

c. Corretores de seguros e resseguros

Refere-se às comissões de seguros sobre os prêmios emitidos diretos a serem pagos aos corretores no montante de R\$ 213.487 do ramo garantia (R\$ 184.701 em 2024) e R\$ 4.371 do ramo fiança (R\$ 2.009 em 2024).

16 DEPÓSITO DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025						
De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
276	164	199	312	516	200	1.667
—	—	—	—	1	2	3
276	164	199	312	517	202	1.670

Em 31 de dezembro de 2024						
De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
225	52	79	22	132	171	682
—	—	40	1	—	58	99
225	52	119	23	132	229	781

Prêmios e emolumentos
Outros depósitos
Total

Prêmios e emolumentos
Outros depósitos
Total

17 PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS

a. Provisões técnicas

Em 31 de dezembro de 2025							
PPNG	PPNG RVNE	PSL	IBNR	IBNeR(a)	PDR	PVR	Total
Ramos:							
Fiança locatícia	37.587	837	189	691	87	93	39.507
Garantia Judicial	—	—	—	18	—	1	19
Garantia concessões públicas	—	—	—	—	—	1	1
Garantia segurado setor público	1.300.811	18.469	160.063	42.863	11.000	10.055	1.546.512
Garantia segurado setor privado	148.667	13.682	141.365	7.974	6.893	19.454	338.101
Subtotal bruto	1.487.065	32.988	301.617	51.546	17.980	29.604	1.924.140
Garantia segurado setor público	—	—	(1.338)	—	—	(76)	(1.414)
Garantia segurado setor privado	—	—	(537)	—	—	—	(537)
Subtotal recuperação cosseguro cedido	—	—	(1.875)	—	—	(76)	(1.951)
Total provisões técnicas	1.487.065	32.988	299.742	51.546	17.980	29.604	1.922.189

(a) O saldo de IBNeR divulgado na tabela acima é composto por R\$ 14.300 de IBNeR de PSL e R\$ 3.680 de IBNeR de PDR.

Em 31 de dezembro de 2024							
PPNG	PPNG RVNE	PSL	IBNR	IBNeR	PDR	PVR	Total
Ramos:							
Fiança locatícia	22.199	589	49	626	—	128	23.591
Garantia Judicial	—	—	—	16	—	2	18
Garantia concessões públicas	—	—	—	—	—	1	1
Garantia segurado setor público	1.052.630	18.190	169.546	39.830	—	14.016	1.294.212
Garantia segurado setor privado	134.722	13.472	136.375	7.373	—	20.159	312.101
Subtotal bruto	1.209.551	32.251	305.970	47.845	—	34.306	1.629.923
Garantia segurado setor público	—	—	(1.309)	—	—	—	(1.309)
Garantia segurado setor privado	—	—	(483)	—	—	—	(483)
Subtotal recuperação cosseguro cedido	—	—	(1.792)	—	—	—	(1.792)
Total provisões técnicas	1.209.551	32.251	304.178	47.845	—	34.306	1.628.131

b. Movimentações das provisões técnicas de seguros
Movimentação provisão de prêmios não ganhos (PPNG)

	2025	2024
Saldo inicial	1.209.551	1.085.239
Apropriações	(1.264.234)	(1.027.066)
Constituições	1.541.748	1.151.378
Saldo final	1.487.065	1.209.551

Movimentação da provisão de sinistros a liquidar (PSL)

	2025	2024
Saldo inicial	304.178	317.149
Constituição	66.957	70.788
Pagamentos	(80.105)	(92.463)
Reversão	(4.420)	(8.251)
Atualização monetária	13.132	16.955
Saldo final	299.742	304.178

Movimentação da provisão de despesas relacionadas

	2025	2024
Saldo inicial	34.306	32.079
Constituição	2.461	6.606
Pagamentos	(7.510)	(6.431)
Reversão	(987)	(969)
Atualização monetária	1.334	3.021
Saldo final	29.604	34.306

18 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Provisões técnicas de seguros e resseguros			2025	2024
Provisão de prêmios não ganhos			1.520.053	1.241.802
Provisão de sinistros a liquidar			299.742	304.178
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados			51.546	47.845
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados			17.980	—
Provisão de despesas relacionadas			29.604	34.306
Provisão de valores a regularizar			3.264	—
Total Seguros			1.922.189	1.628.131
Prêmios de resseguros diferidos			(821.346)	(679.083)
Recuperação de sinistros ocorridos			(273.453)	(266.122)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados resseguros			(30.140)	(26.824)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados			(12.970)	—
Provisão de despesas relacionadas			(20.990)	(24.190)
Direitos creditórios			(579.333)	(481.352)
Ativos de resseguro não redutores			409.040	342.986
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG			(164.519)	(128.931)
Total resseguros			(1.493.711)	(1.263.516)
Total a ser coberto			428.478	364.615

Composição dos ativos vinculados

Títulos de renda fixa - públicos	480.589	413.957
Total	480.589	413.957
Suficiência de cobertura	52.111	49.342

19 PROVISÕES, PASSIVOS, CONTINGÊNCIAS ATIVAS E PASSIVAS

As provisões da Companhia estão representadas por ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, fiscais, aspectos cíveis e outros assuntos.

a. Composição das provisões

Ações cíveis - Relacionadas a sinistros (PSL Judicial)					
31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
Quantidade	Valor em risco	Valor provisionado	Quantidade	Valor em risco	Valor provisionado
34	146.392	146.392	49	144.769	144.769
105	725.856	3.509	117	661.619	3.176
91	678.459	3.257	91	729.627	3.502
Total	230	1.550.707	257	1.536.015	151.447

O saldo das Ações Cíveis - Relacionadas a sinistros (PSL Judicial) está contabilizado no balanço patrimonial na rubrica de "Provisões técnicas - seguros".

Ações cíveis - Não relacionadas a sinistros					
31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
Quantidade	Valor em risco	Valor provisionado	Quantidade	Valor em risco	Valor provisionado
4	81	81	3	57	57
13	71.252	—	11	65.074	—
10	4.655	—	3	4.001	—
Total	27	75.988	17	69.132	57



Demonstrações Financeiras 2025
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

FAZEMOS A DIFERENÇA!

JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33
Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197
3º andar | Curitiba/PR

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

Probabilidade de perda	Ações trabalhistas					
	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Quantidade	Valor em risco	Valor provisionado	Quantidade	Valor em risco	Valor provisionado
Possível	3	526	—	2	484	—
Remota	—	—	—	—	—	—
Total	3	526	—	2	484	—

Probabilidade de perda	Ações fiscais					
	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Quantidade	Valor em risco	Valor provisionado	Quantidade	Valor em risco	Valor provisionado
Provável	1	150	150	1	140	140
Possível	28	4.287	—	11	3.975	—
Remota	2	5.628	—	1	4.740	—
Total	31	10.065	150	13	8.855	140

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

- Provisões judiciais relacionadas a sinistros - referem-se a ações judiciais relacionadas a processos de sinistros decorrentes da operação de seguros, constituídas como provisão de sinistros a liquidar judicial.
- Provisões judiciais trabalhistas - referem-se a ações judiciais de reclamatórias trabalhistas de autoria de ex-colaboradores.
- Provisões judiciais fiscais - referem-se a processos administrativos e mandados de segurança que exige diferenças de impostos sobre serviços prestados.
- Provisões judiciais cíveis - referem-se a ações judiciais não relacionadas a operação de seguros.

b. Movimentação das provisões

	31 de dezembro de 2025					
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	Saldo final
Sinistros em discussão judicial	151.447	744	(1.257)	13.228	(11.004)	153.158
Relacionadas a sinistros	151.447	744	(1.257)	13.228	(11.004)	153.158
Trabalhistas	—	5	—	—	(5)	—
Fiscais	140	—	(1)	11	—	150
Cíveis	57	15	(2)	17	(6)	81

	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	Saldo final
Sinistros em discussão judicial	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Relacionadas a sinistros	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Trabalhistas	37	—	—	—	(37)	—
Fiscais	132	—	—	8	—	140
Cíveis	217	5	(91)	—	(74)	57

	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	Saldo final
Sinistros em discussão judicial	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Relacionadas a sinistros	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Trabalhistas	37	—	—	—	(37)	—
Fiscais	132	—	—	8	—	140
Cíveis	217	5	(91)	—	(74)	57

	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	Saldo final
Sinistros em discussão judicial	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Relacionadas a sinistros	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Trabalhistas	37	—	—	—	(37)	—
Fiscais	132	—	—	8	—	140
Cíveis	217	5	(91)	—	(74)	57

	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	Saldo final
Sinistros em discussão judicial	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Relacionadas a sinistros	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Trabalhistas	37	—	—	—	(37)	—
Fiscais	132	—	—	8	—	140
Cíveis	217	5	(91)	—	(74)	57

	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	Saldo final
Sinistros em discussão judicial	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Relacionadas a sinistros	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Trabalhistas	37	—	—	—	(37)	—
Fiscais	132	—	—	8	—	140
Cíveis	217	5	(91)	—	(74)	57

	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	Saldo final
Sinistros em discussão judicial	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Relacionadas a sinistros	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Trabalhistas	37	—	—	—	(37)	—
Fiscais	132	—	—	8	—	140
Cíveis	217	5	(91)	—	(74)	57

	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	Saldo final
Sinistros em discussão judicial	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Relacionadas a sinistros	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Trabalhistas	37	—	—	—	(37)	—
Fiscais	132	—	—	8	—	140
Cíveis	217	5	(91)	—	(74)	57

	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	Saldo final
Sinistros em discussão judicial	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Relacionadas a sinistros	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Trabalhistas	37	—	—	—	(37)	—
Fiscais	132	—	—	8	—	140
Cíveis	217	5	(91)	—	(74)	57

	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	Saldo final
Sinistros em discussão judicial	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Relacionadas a sinistros	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Trabalhistas	37	—	—	—	(37)	—
Fiscais	132	—	—	8	—	140
Cíveis	217	5	(91)	—	(74)	57

	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	Saldo final
Sinistros em discussão judicial	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Relacionadas a sinistros	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Trabalhistas	37	—	—	—	(37)	—
Fiscais	132	—	—	8	—	140
Cíveis	217	5	(91)	—	(74)	57

	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	Saldo final
Sinistros em discussão judicial	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Relacionadas a sinistros	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Trabalhistas	37	—	—	—	(37)	—
Fiscais	132	—	—	8	—	140
Cíveis	217	5	(91)	—	(74)	57

	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	Saldo final
Sinistros em discussão judicial	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Relacionadas a sinistros	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Trabalhistas	37	—	—	—	(37)	—
Fiscais	132	—	—	8	—	140
Cíveis	217	5	(91)	—	(74)	57

	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	Saldo final
Sinistros em discussão judicial	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Relacionadas a sinistros	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Trabalhistas	37	—	—	—	(37)	—
Fiscais	132	—	—	8	—	140
Cíveis	217	5	(91)	—	(74)	57

	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	Saldo final
Sinistros em discussão judicial	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Relacionadas a sinistros	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Trabalhistas	37	—	—	—	(37)	—
Fiscais	132	—	—	8	—	140
Cíveis	217	5	(91)	—	(74)	57

	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	Saldo final
Sinistros em discussão judicial	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Relacionadas a sinistros	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Trabalhistas	37	—	—	—	(37)	—
Fiscais	132	—	—	8	—	140
Cíveis	217	5	(91)	—	(74)	57

	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	Saldo final
Sinistros em discussão judicial	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Relacionadas a sinistros	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Trabalhistas	37	—	—	—	(37)	—
Fiscais	132	—	—	8	—	140
Cíveis	217	5	(91)	—	(74)	57

	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	Saldo final
Sinistros em discussão judicial	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Relacionadas a sinistros	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Trabalhistas	37	—	—	—	(37)	—
Fiscais	132	—	—	8	—	140
Cíveis	217	5	(91)	—	(74)	57

	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	Saldo final
Sinistros em discussão judicial	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Relacionadas a sinistros	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Trabalhistas	37	—	—	—	(37)	—
Fiscais	132	—	—	8	—	140
Cíveis	217	5	(91)	—	(74)	57

	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	Saldo final
Sinistros em discussão judicial	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Relacionadas a sinistros	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Trabalhistas	37	—	—	—	(37)	—
Fiscais	132	—	—	8	—	140
Cíveis	217	5	(91)	—	(74)	57

	31 de dezembro de 2024					
	Saldo inicial	Adição	Reversão	Atualização Monetária	Pagamento	Saldo final
Sinistros em discussão judicial	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Relacionadas a sinistros	150.734	3.456	(1.991)	16.977	(17.728)	151.447
Trabalhistas	37	—	—	—	(37)	—
Fiscais	132	—	—	8	—	140
Cíveis	217	5	(91)	—	(74)	57

Extraordinárias, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 33.910 (o imposto de renda retido na fonte de R\$ 5.087), referente ao resultado do exercício de 2025, a serem pagos à acionista única Junto Holding Brasil S.A. até o dia 30 de abril de 2026. A distribuição ora aprovada integrou o dividendo



Demonstrações Financeiras 2025

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

FAZEMOS A DIFERENÇA!

JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33
Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197
3º andar | Curitiba/PR

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

c. Projeção de realização dos créditos tributários sobre as diferenças tributárias temporárias.

Ano	IRPJ	CSLL
Realização em 2026	1.153	692
Realização em 2027	71	43
Realização em 2028	11	7
Realização em 2029	729	437
Realização em 2030	83	50
Total	2.047	1.229

d. Resumo da movimentação dos impostos diferidos

	Saldo Inicial	Constituição	Realização	Saldo Final
Ativo diferido	1.838	1.504	(66)	3.276
Passivo diferido	—	—	—	—
Total dos impostos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	1.838	1.504	(66)	3.276

24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou operações com partes relacionadas pertencentes ao Grupo J. Malucelli e empresas do Grupo na qual faz parte. Os saldos na data do balanço, bem como as receitas (despesas) do período, estão apresentados a seguir:

Ativo	2025	2024
Ativos de resseguro - prêmios de resseguros diferidos		
Junto Resseguros S.A. - Ligada (i)	792.704	649.735
Ativos de resseguro - sinistros		
Junto Resseguros S.A. - Ligada (i)	283.355	279.799
Participações societárias		
Junto Controle de Riscos Ltda. - Controlada (vi)	835	73
Total	1.076.894	929.607
Passivo		
JCP e dividendos a pagar		
Junto Holding Brasil S.A. - Controladora (ii)	28.824	14.469
Outras contas a pagar		
Junto Holding Brasil S.A. - Controladora (ii)	327	1.693
Prêmios de resseguro		
Junto Resseguros S.A. - Ligada (i)	355.673	286.019
Total	384.824	302.181

DIRETORIA

Roque Junior de Holanda Melo Diretor Presidente	Guilherme Malucelli Gobbo Diretor Vice-Presidente	Eduardo de Oliveira Nóbrega Diretor Técnico e de Subscrição	Elisa Francielli Marchi Prestes Diretora Administrativa-Financeira	Luiz Henrique de Andrade Verri Diretor Comercial	Diego Marins Massara Diretor Jurídico e de Compliance	Ketlyn Parolin Bertholdi Stefanovic Diretora de Sinistros
---	---	---	--	--	---	---

COMITÊ DE AUDITORIA

Paulo José Arakaki Mauricio Alvarez da Silva Alberto Spilborghs Neto

ATUÁRIO RESPONSÁVEL

Pedro José Ribeiro Coutinho
MIBA - 3076

CONTADOR RESPONSÁVEL

Hilário Mario Walesko
CRC-PR 29.585/O-9

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Aos Diretores da **Junto Seguros S.A.**

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da **JUNTO SEGUROS S.A. ("Companhia")** é um órgão estatutário subordinado ao Diretor Presidente e Assembleia de Acionistas, instituído em 05 de dezembro de 2014, e cujo funcionamento obedece a seu regimento interno.

O Comitê foi instituído em linha com as políticas de governança corporativa adotadas pela **Companhia** e em obediência e consonância com os preceitos e normas instituídos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). O Comitê é composto por membros independentes eleitos pela Assembleia de Acionistas e que atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pelo CNSP, tendo suas indicações sido homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Compete ao Comitê de Auditoria apoiar a diretoria em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da administração da **Companhia**. Também é de sua responsabilidade, o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações, a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de conformidade (compliance) com a legislação e a regulamentação que regem a sua atividade.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, atuárias, da auditoria interna, dos responsáveis pelo

gerenciamento de riscos e de controles internos, e nas suas próprias análises, decorrentes de seu trabalho, ao longo do exercício de 2025.

Principais Atividades do Comitê

O Comitê atua através da realização de reuniões periódicas, na sede da **Companhia** ou por vídeo conferência, com representantes designados pela Administração para prestar informações e responder aos questionamentos formulados. O Comitê acompanha e revisa, à distância, os documentos e informações a ele submetidos. As atividades do Comitê, no exercício de 2025 até esta data, incluíram:

a) Reuniões com os executivos das áreas de Contabilidade, Controladoria, Financeiro e Investimentos, Atuarial, Compliance e Controles Internos, Ouvidoria, Tecnologia da Informação (infraestrutura e segurança da informação) e áreas operacionais bem como com os profissionais responsáveis pela Auditoria Interna, Auditoria Atuarial e com os Auditores Independentes.

b) Acompanhamento das atividades executadas pela Administração relacionadas à avaliação e gerenciamento de riscos e gestão do sistema de controles internos, ao cumprimento de normas, externas e internas, da **Companhia**.

c) Avaliação das demonstrações financeiras e discussão com a Administração da **Companhia** e com seus Auditores Independentes, sobre as práticas contábeis relevantes adotadas, as informações divulgadas, o tratamento das questões contábeis críticas, os controles internos, e o cumprimento das normas legais e regulamentares mais relevantes.

d) Análise dos relatórios dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da **Companhia**, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

O Comitê realizou, ainda, reuniões com o Diretor-Presidente e membros da Diretoria

Executiva da **Companhia**.

O Comitê mantém com os auditores independentes, com a auditoria interna e com a Auditoria atuarial, canais regulares de comunicação. O Comitê inteirou-se dos seus planos anuais de trabalho, e acompanha os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes, da auditoria interna e da Auditoria atuarial às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade, e independência com que essas atividades são exercidas.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, e apoiado no relatório dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes e dos Atuários Independentes, entende que, as demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, encontram-se em condições de serem apreciadas pela Diretoria.

O Comitê informa ainda que, no período abrangido por esse relatório, não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração, ou fraude que, por sua relevância, colocasse em risco a continuidade da **Companhia** ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026

Paulo José Arakaki
Coordenador do Comitê de Auditoria
Maurício Alvarez da Silva
Membro do Comitê de Auditoria
Alberto Spilborghs Neto
Membro do Comitê de Auditoria

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Junto Seguros S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Junto Seguros S.A.** (a seguir denominada "Companhia"), em **31 de dezembro de 2025**, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas e pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria

atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com base em nosso conhecimento técnico e experiência profissional. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com

resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Junto Seguros S.A.** em **31 de dezembro de 2025** foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2026

Brenda de Borja Trajano
Atuária Auditora Independente - MIBA 2842
CPF 02936392/55
Mirador Assessoria Atuarial Ltda.
CIBA 84
CNPJ: 04.941.624/0001-64
Av. Padre Cacique, 320 - 3º andar, Porto Alegre, RS, 90810-240
mirador360.com.br



Demonstrações Financeiras 2025

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

FAZEMOS A DIFERENÇA!

JUNTO SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33
Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197
3º andar | Curitiba/PR

→★ continuação



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Junto Seguros S.A.

Curitiba - PR.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Junto Seguros S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Junto Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as

demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Curitiba, 25 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Almir Eduardo Bertoncello
CRC PR-052082/O

www.juntoseguros.com

Garantimos negócios que movem o país

Desde 1992,
fazemos a diferença
em seguros para empresas

